

Memória e cidadania nos acervos de história oral e mídia digital

Elias Estevão Goulart
Priscila Ferreira Perazzo
Vilma Lemos

RESUMO

Este texto tem como proposta discutir a importância da constituição de acervos de história oral, levando em consideração a difusão da memória e o exercício da cidadania a partir dela, bem como as relações de poder envolvidas nesse processo. As técnicas de história oral possibilitam a organização de um acervo de relatos de história de vida que, no seu conjunto, levam à recuperação da identidade coletiva e da memória da comunidade. São os sentimentos de pertencimento a um grupo, garantido por imagens ou símbolos, que permitem o reconhecimento do outro como a si mesmo. Esse reconhecimento pode ser visualizado a partir da gravação sistemática (de som e imagem) de depoimentos de personagens singulares, atribuindo importância às minorias e destaque para os direitos e liberdades individuais.

PALAVRAS-CHAVE: Memória. História oral. Cidadania. Mídia digital.

1 Introdução

Hoje em dia, é muito comum ouvirmos frases do tipo: “a memória está na moda”, “a memória está em alta” ou, ainda, “só se fala em memória”. Se prestarmos atenção aos jornais, muitos deles têm colunas que, informalmente, reportam-se às questões de memória, como colunas intituladas “Foto-Memória” ou “Há 50 anos”, por exemplo. Nas rádios, ouvimos músicas e programas que contam dos tempos passados. Na televisão, reportagens, novelas, entre outros programas, apresentam imagens memoráveis de uma comunidade.

Também na comunidade acadêmica, entre os pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, a memória vem se tornando presente como objeto de estudos e análises em propostas diversas de pesquisa. Preocupam-se com essas questões cientistas sociais e políticos, historiadores, arquitetos, artistas, arquitetas, comunicadores, juristas e, aparentemente inusitado, até engenheiros, administradores, gestores, físicos, etc.

Então nos fazemos a pergunta: “por que a memória é parte integrante de nosso cotidiano?”

Em decorrência, também questionamos: como os acervos de história oral contribuem para essa presença da memória em nossas vidas? Que expressões podem ser atribuídas às narrativas orais? E, ainda, como os sistemas de informação, atualmente, podem difundir a memória e permitir o exercício da cidadania?

Diante dessas curiosidades, propomos-nos identificar alguns fatores que justifiquem o fato de a memória, atualmente, ocupar espaço tão importante na nossa sociedade e avaliar as possibilidades da memória contribuir para o exercício da cidadania no mundo atual e, por conseqüência, no local em que vivemos.

2 O espaço social da memória e da cidadania

Antes de avançar em tais reflexões, é importante que o conceito de memória, sobre o qual vamos nos deter, seja entendido por nós da mesma forma. A temática da memória representa um importante objeto de reflexão e uma

das grandes preocupações culturais e políticas das sociedades contemporâneas. Desde a segunda metade do século XX, as preocupações científicas com a memória foram tomando conta dos estudos das humanidades, como no caso da sociologia e da história. Foi num tempo em que o conhecimento pôde se abrir para a subjetividade e o indivíduo passou a ter importância na sua condição singular. Essa perspectiva do conhecimento também se expandiu para as preocupações sociais e políticas. No campo dos direitos, o indivíduo ganhou destaque e se tornou o foco das preocupações, passando a ser considerado agente de sua própria história. Nesse sentido, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, inaugura uma nova mentalidade social: a importância do indivíduo em todas as suas dimensões.

Segundo Jacques Le Goff, pela memória temos a propriedade de conservar certas informações que, por nos remeter a um conjunto de funções psíquicas, permite-nos atualizar impressões e informações passadas ou que representamos como passadas (LE GOFF, 2003, p. 419). O ato de rememoração requer um comportamento narrativo, pois trata-se da “[...] comunicação a outrem de uma informação, na ausência do acontecimento ou do objeto que constitui o seu motivo.” (LE GOFF, 2003, p. 421).

Concebemos memória no seu sentido tanto individual quanto coletivo, relacionado às lembranças dos indivíduos. Essas lembranças ou informações traduzem-se em representações ou símbolos cuja expressão material visualiza-se no nosso patrimônio cultural: monumentos, edificações arquitetônicas, documentos, fotografias... Também concebemos a expressão não material desse patrimônio, pelo qual podemos recuperar e preservar nossa memória, pois trata-se de valores e significados, costumes, tradições, manifestos por outras formas de linguagem, como, por exemplo, a dos relatos orais.

Cumpre-nos deixar claro o uso do termo *recuperar*. Uma consulta ao *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2001) informa-nos que *recuperar*, dentre seus vários sentidos, significa “[...] recobrar, reaver, encontrar, tendo

como sinônimos, resgatar, revigorar.” (HOUAISS, 2001, p.2405).

A consulta ao verbete *resgatar* apresenta-se como tirar do esquecimento, voltar a ter, recuperar. Seus sinônimos são “conservar, defender, preservar, proteger, recobrar, recuperar, salvaguardar, guardar.” (HOUAISS, 2001, p.2437).

Ainda que tenhamos consciência da inexistência de sinônimos perfeitos, dada a confluência dos sentidos de *recuperar* e *resgatar*, optamos pelo uso do termo *recuperar*, por uniformidade redacional e também porque o termo *resgatar*, por nossas experiências, poderia levar à compreensão errônea de que pretendemos resgatar a memória na sua totalidade, o que sabemos impossível.

A memória não é um fenômeno de interiorização individual, mas sim uma construção social e um fenômeno coletivo, dessa forma sendo modelada pelos próprios grupos sociais. Ainda, devemos pensar que a memória não é o passado, mas a rememoração desse passado feita no presente de um indivíduo, sendo determinada pelas condições presentes do momento.

Acompanhando a soberania da personagem singular, a importância das minorias e o destaque para os direitos e liberdades individuais, abrimos espaço para a *subjetividade* na ciência. Mas o que isso significa? Significa algo muito importante na configuração da visão de mundo dos homens e mulheres do século XXI, algo que vai determinar, de alguma forma, a concepção de cidadão no mundo em que atualmente vivemos. Ou seja, quando a dimensão individual do ser humano passou a conviver ou a se sobrepor às dimensões da coletividade, dos grupos homogêneos e da perspectiva de massas e povo (ênfase e visão social da primeira metade do século XX, levada às últimas consequências nas décadas de 1930 e 1940), a subjetividade dos seres humanos pôde ser levada em consideração nas mais variadas dimensões da vida privada ou pública.

Como memória se articula à produção de subjetividade (GONDAR; BARRENECHEA, 2003) temos nossa primeira posição: a memória, atual-

mente, é importante na nossa sociedade, porque a subjetividade é um elemento importante na constituição do mundo moderno.

Se esses elementos são caros à nossa sociedade, certamente eles se constituirão em preocupações dos cidadãos em geral, o que nos permite supor que a história de vida das pessoas, que narram suas lembranças, passa a ter lugar de destaque no meio social. Podemos também considerar a memória como um instrumento de poder político, como apresentou Jô Gondar, “[...] todo poder político pretende controlar a memória, selecionando o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido.” (GONDAR; BARRENECHEA, 2003, p. 32).

O ato de contar histórias acompanha o homem desde o início das civilizações, antes mesmo da língua escrita. Portanto, a fala constituiu-se em elemento fundador para que os relatos orais – fonte de saberes – ficassem gravados na memória dos indivíduos, transmitindo de geração em geração as crenças, magias, os valores, a tradição. Com a escrita, esses relatos foram perdendo, aos poucos, sua dimensão mítica.

Correntes revisionistas da História revivem as narrativas orais, atribuindo-lhes uma importância antes a elas negada. Antes, os contadores, geralmente iletrados, constituíam uma massa sem importância, devendo, pois, serem desconsiderados. Hoje, avançamos para a valorização das vozes não-oficiais, segundo a ótica da “história vista de baixo”, o que não implica ter menor importância, ainda quando tratamos também de pessoas já do mundo letrado, mas sem ressonância no universo oficial, “[...] a história vista de baixo ajuda a convencer aqueles de nós nascidos sem colheres de prata em nossas bocas, de que temos um passado, de que viemos de algum lugar.” (SHARPE, 1992, p. 62).

Permitimo-nos, então, afirmar que as narrativas orais não são nem menos verdadeiras, nem menos ficcionais do que muitas histórias oficiais, considerando que os depoentes contam seus “enredos” a partir do presente, numa recriação das circunstâncias que envolvem seu imaginário, selecionando, in-

tencionalmente ou não, fatos e acontecimentos, por lembranças e esquecimentos.

Devemos nos deter em uma importante característica da memória: a inevitabilidade do esquecimento. Não é possível conceber algumas lembranças sem deixar que outras caiam no esquecimento. A rememoração de um acontecimento passado se faz no presente, a lembrança é determinada pelas condições presenciais de afetividade e identidade. São inúmeros os fatores (psíquicos, sociais, emocionais, políticos, etc.) que fazem com que uma lembrança se sobreponha a outras. Transpondo-nos para a memória coletiva e as relações de poder sobre o domínio da memória, entendemos que as rememorações, as comemorações e as preservações acontecem a partir do presente do sujeito (ou agentes sociais) capaz de fazer as seleções do quê lembrar e do quê esquecer.

3 Identidade coletiva, memória social e relações de poder

Um terceiro elemento que deve ser agregado a essa reflexão diz respeito à constituição das identidades coletivas a partir da memória social. O conceito de identidade indica semelhança a si próprio a partir de um processo de reconhecimento do outro. A identidade coletiva de um grupo processa-se a partir de sentimentos de pertencimento a esse grupo, garantido por imagens ou símbolos que permitem o reconhecimento do outro como a mim mesmo. Por sua vez, a “[...] identidade associa-se também aos espaços, onde está fixada a lembrança de lugares e objetos presentes nas memórias, como organizadores de referenciais identitários [...]” e a memória acaba quando se rompem os laços afetivos e sociais de identidade (FELIX, 1998, p. 42).

Nesse sentido, a identidade coletiva é fator preponderante no processo de governabilidade de um grupo, comunidade ou cidade, estando sempre à frente das preocupações daqueles que têm o poder governamental instituído, pois

é o sentimento de pertencimento a um determinado grupo a partir do reconhecimento identitário que o caracteriza que se dará a ação gestora do espaço. Nessa perspectiva, a memória é elemento fundamental de gestores públicos preocupados em delimitar o espaço e o grupo sobre o qual recairão suas ações.

Se “não existe território no qual as relações de poder estejam ausentes”, podemos então acreditar que aqueles que têm domínio sobre a memória detêm um instrumento de poder para agir sobre as relações sociais e incentivar os laços de pertencimento e identidade. Dessa forma, preservar a memória pode se configurar em instrumento de poder de governos constituídos, da mesma maneira que apresenta ao cidadão uma “estratégia autônoma de resistência”. Como é possível transformar a memória em instrumento de poder para o cidadão? Quando resgatamos

[...] uma memória que nós gestamos, para além daquela que é gestada em nós. Aqui não se trata de uma memória institucionalizada – aquela dos saberes estratificados; e tampouco de uma contra-memória como tentativa de desconstrução de um passado imposto, mas de uma memória do futuro, na medida em que comporta uma possibilidade de criação.(GONDAR, 2003, p. 35)

A memória pertence ao indivíduo, sujeito ou cidadão, como quisermos nominá-lo, pois é intransferível e parte integrante das suas experiências vividas. Por meio da memória, o sujeito atesta sua continuidade temporal, rememorando seu passado a partir de sentimentos, visões de mundo e experiências presentes, compreendendo a passagem do próprio tempo de vida de forma que possa retomar caminhos para o futuro. Nesse sentido, a memória torna-se um instrumento de poder do cidadão.

Assim, mais do que garantir a preservação do que passou, a memória pode ser uma aposta no porvir. [...] Dessa maneira, a memória – ou, talvez fosse melhor dizer as memórias – como superfícies pulsantes, capazes de reverter o poder em potência, tornam-se ferramentas necessárias para construir futuros diferenciados num espaço global. (GONDAR, 2003, p. 42)

Por isso, registrar e preservar a “memória que nós gestamos, para além daquela que é gestada em nós” deve tornar-se uma preocupação da sociedade, tanto quanto dos poderes instituídos que não se baseiam em ações opressivas, manipuladoras e autoritárias, sejam eles governos, líderes, gestores públicos ou privados. Enfim, incentivar e oferecer condições para o rememoração da memória individual, em busca da preservação da memória coletiva permite-nos aliviar, não aquilo que momentaneamente parece estar no esquecimento, mas sim os ocultamentos e os apagamentos.

Não devemos nos iludir de que é possível lembrar-se de tudo, mas devemos possibilitar, como pesquisadores de história oral, de história de vida, situações em que o maior número de lembranças possam aflorar. A partir da multiplicidade de ações, de projetos, de grupos atuando em diferentes direções será possível minimizar os esquecimentos e combater as atitudes que levam ao apagamento da memória, seja individual, seja coletiva.

Portanto, acreditamos que a memória pode interferir no exercício da cidadania no mundo atual e no local em que vivemos, porque atribui existência ao sujeito, fazendo-o sentir-se agente histórico e social, o que lhe garante poder nas relações, resgata sua identidade, cria valores sociais relacionados ao grupo e ao espaço de convivência.

Foi pensando nessas questões que, como grupo de pesquisadores da Universidade Municipal de São Caetano do Sul – IMES, passamos a construir um Banco Hipermissão de Memória e História Oral.

4 Mídia digital: inovação nos registros da memória

O *Memórias do ABC*, constituído desde 2003, busca estudar temas relacionados à região do ABC, sigla que circunscreve o espaço delimitado pelos municípios paulistas de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, e toma como base os depoimentos de história de vida de pessoas que narram suas lembranças.

Esses depoimentos estão relacionados a projetos temáticos de pesquisa e são gravados em vídeo nos estúdios de rádio e televisão da Universidade IMES. A partir das gravações, procede-se ainda à coleta de documentos e objetos pessoais dos depoentes (fotografias, documentos, quadros, esculturas, escritos, discos, música, etc.), tomados por empréstimo para reprodução, que são digitalizados e incorporados ao Banco Hipermídia de História Oral e Memórias do ABC – *HiperMemo*. As falas são gravadas e transcritas e o texto também integra o *HiperMemo*, sendo referencial para as análises e estudos do material disponível.

Este sistema informatizado é essencial como meio de viabilizar o controle, a manipulação e a gestão de grandes volumes de informações, sendo essas funções vitais para o projeto em tela, somente possibilitado pela informática.

A informática surge no contexto das inúmeras inovações tecnológicas oriundas da área da computação, associadas às telecomunicações, que têm transformado as sociedades contemporâneas. Essas inovações produzem alterações profundas nas relações interpessoais em todos os níveis e aspectos, principalmente nas sociedades que delas dispõem, imprimindo um novo ritmo, quase frenético, aos relacionamentos empresariais e humanos.

Anthony Giddens contextualiza o desenvolvimento das sociedades em seus estudos do ponto de vista das transformações nas relações sociais com o espaço e o tempo. Suas análises relacionam o atual estágio das sociedades contemporâneas com as formas de interação humanas, potencializadas pelas tecnologias, que aproximam as pessoas, alterando os aspectos da vida local sob influência dos eventos e conhecimentos no âmbito mundial (GIDDENS, 1997).

As tecnologias da informação e da comunicação – TIC – se incorporam ao cotidiano da vida contemporânea, impondo-se quase como requisito fundamental para a sustentação das relações, levando à busca pelo “digital”, como se possuísse valor intrínseco. Diversos autores (RUDIGER, 2003, p. 68) discutem a pertinência da reificação das TIC’s; porém, constata-se a constru-

ção de uma nova ordem social baseada nessas tecnologias, como uma cibercultura: “[...] conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço.” (LEVY, 2000, p. 17).

Esta nova sociedade da informação valoriza o rápido, fácil e organizado acesso a informações e conhecimentos, demandando novas formas de organização dos materiais e conteúdos digitalizados, bem como de sua disponibilização e acesso.

O valor de uma informação encontra-se em suas possibilidades de acesso e na sua utilização, principalmente, considerando-a como elemento fundamental de uma estrutura de linguagem visual, viabilizando novas formas de comunicação. As formas digitais das informações permitem novas leituras, fruto do avanço tecnológico que as manipula, transforma e dissemina. Como menciona Levy (2000), por exemplo, a pintura teve expressão máxima de representação visual, porém, com o advento da tecnologia da fotografia, um novo formato, uma nova comunicação passou a existir com inúmeras possibilidades, ocorrendo na seqüência o mesmo com o cinema, a televisão e com os computadores.

Por sua vez, a rede de computadores mundial (conhecida como Internet) e os programas de computador que viabilizam a comunicação e interatividade com ela, abriram espaço para novas relações e novos valores entre as pessoas que dela fazem uso. Neste novo meio de comunicação, há a convergência de várias mídias digitais que podem ser interligadas e elaboradas conjuntamente para expressões em uma nova linguagem (ROSENBERG, 2002).

Dessa forma, sistemas computacionais podem ser construídos para explorar essa multiplicidade de mídias, que englobam o texto, o som, os gráficos ou desenhos, as animações e os vídeos. Esses sistemas são conhecidos como hipermídia, pois seu conceito faz referência à possibilidade de navegação por entre as diversas mídias de forma não-linear, baseada no conceito do hipertexto.

Logo, podem-se construir “bancos hipermídia” contendo informações em vários formatos de arquivos digitais pelos quais se pode navegar e pesquisar. Consta-se uma riqueza no banco de dados, pois um depoimento de história de vida, mesmo tendo sido originado de uma pesquisa temática individual, não se atém exclusivamente ao tema estudado, pois, durante o relato surgem inúmeros assuntos correlacionados, bem como a partir dos objetos digitalizados, constituindo-se em rica fonte para diversas outras pesquisas.

Como mencionado, o *Memórias do ABC* destina-se a elaborar um banco hipermídia com o acervo fornecido pelos depoentes, que estará disponível para pesquisas na Universidade IMES, bem como pretende-se que o acesso público a esse acervo ocorra também na Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, órgão municipal de gestão de memória e patrimônio da cidade.

O *HiperMemo* encontra-se, atualmente, operacional em sua primeira versão, permitindo leituras e buscas em todas as transcrições das narrativas, num total de 147. A próxima fase objetiva visualizar as mídias registradas e vinculadas a cada depoimento, partindo do texto da transcrição para se ter acesso aos objetos digitais associados aos depoentes.

Desse modo, o *Memórias do ABC* e o *HiperMemo* constituem-se como ações que visam registrar a memória de uma comunidade e disponibilizar, por meio de um sistema informatizado que divulgue e difunda, de forma atualizada e inovadora, aspectos da vida dessa comunidade, guardados nas lembranças individuais, mas compondo um acervo de memória coletiva ao alcance do cidadão. Isso possibilitará o exercício da cidadania pelo poder individual adquirido pela identidade social e pela oportunidade de pensar a si próprio e a sua realidade, de forma a entender sua história, suas possibilidades e suas ações. Corroboramos, assim, com a posição de Jacques Le Goff, historiador francês do século XX, que muito nos sensibiliza e traduz nossa posição de que a memória “[...]procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro [...]” e, por isso, “[...]devemos trabalhar de forma que

a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens.”
(LE GOFF, 2003, p. 471)

5 Considerações finais

Chegamos a algumas respostas, mas surgem outras perguntas. Uma delas diz respeito à preservação da memória que foi recuperada. Mesmo sendo dinâmica e se transformando a partir das questões impostas pelo sujeito, não podemos acreditar que essas transformações ocorram em tempos de uma geração ou menos. Mas a ação do poder público na preservação da memória se faz em poucos anos (de 4 a 8 anos, tempo de uma gestão administrativa). Então, como garantir a preservação da memória e do patrimônio sociocultural? Como não nos atrelar às ações localizadas de interesses políticos e ideológicos de gestões partidárias diferentes em uma cidade?

Talvez a resposta novamente volte-se para as responsabilidades do cidadão que rememora, que vê no patrimônio o símbolo da sua identidade, portanto, não deseja destruí-lo e, por sua vez, exige uma política de valorização da sua memória e história. Inquietos com essas questões, acreditamos também nas possibilidades de preservação da memória do cidadão a partir de iniciativas como do *Memórias do ABC* e *HiperMemo*.

O *status* da subjetividade foi, gradualmente e por fatores variados, assumindo peso e configurando-se como autorizado, como forma de resistência dos sujeitos. Isso, no momento atual, implicou, para os pesquisadores, uma busca de mecanismos mais duráveis e acessíveis para essas “pequenas narrativas”. Dessa forma, observamos pesquisadores de história oral e outros, bem como algumas instituições envolvidas com memórias, mobilizando-se em busca de parcerias multidisciplinares, envolvendo tecnologia, para encontrar novas formas de restituir e dar visibilidade aos dados coletados das histórias de vida de depoentes, sob forma de “museus virtuais”, como os bancos hipermídias.

Memory and citizenship in the files of oral history and digital media

ABSTRACT

This paper discusses the setting-up of files on oral history due to the importance of keeping collective and individual memory alive, making it known, and fully exercising citizens' rights derived from it, as well as the relationships of power in this process. The techniques of oral history foster the organization of a set of true-life reports which, pieced together, reconstruct collective identity and community memory. These include the feeling of belonging to a group – confirmed by images and symbols – which favours both self-recognition and recognition towards the other group members. Such recognition may be envisaged through the systematic recording (sound and image) of single characters' testimonies, thus enhancing the importance of minorities and stressing civil rights and individual liberties.

KEYWORDS: Memory. Citizenship. Oral history. Digital media.

Memoria y ciudadanía en los acervos de historia oral y los medios de comunicación digitales

RESUMEN

La propuesta de esta ponencia es discutir la importancia de la constitución de los acervos de historia oral, teniendo en cuenta la difusión de la memoria y el ejercicio de la ciudadanía a partir de esa, así como las relaciones de poder implicadas en ese proceso. Las técnicas de historia oral posibilitan la organización de un acervo de relatos de historia de vida que, en su conjunto, llevan a la reconstitución de la identidad colectiva y de la memoria de la comunidad. Son los sentimientos de pertenencia a un grupo, garantizado por imágenes o símbolos que permiten el reconocimiento del otro como el de sí mismo. Tal reconocimiento puede ser visualizado a partir de la grabación (de sonidos e imágenes) de las deposiciones de los personajes singulares, atribuyendo importancia a las minorías y relieve a los derechos y libertades individuales.

PALABRAS CLAVE: Memoria. Historia oral. Ciudadanía. Medios de comunicación digitales.

Referências

- FÉLIX, Loiva Otero. **História & memória: a problemática da pesquisa**. Passo Fundo: Ediupf, 1998.
- GIDDENS, Antony. **Modernidade e identidade pessoal**. Oeiras: Celta, 1997.
- GONDAR, Jô; BARRENECHEA, Miguel. **Memória e espaço: trilhas do contemporâneo**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003.
- HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Trad. de Bernardo Leitão. Campinas: Ed Unicamp, 2003.
- LEVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 2000.
- ROSENBERG, Marc J. **E-Learning**. São Paulo: Makron Books, 2002.
- RUDIGER, Francisco. **Introdução às teorias da cibercultura**. Porto Alegre: Sulina, 2003.
- SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, P. **A escrita vista da história: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992.

Elias Estevão Goulart

Doutor em Computação.

Professor da Universidade Municipal de São Caetano do Sul, SP (IMES)

Coordenador do HiperMemo.

E-mail: elias.goulart@imes.edu.br

Priscila Ferreira Perazzo

Historiadora.

Doutora em História Social, Professora da Universidade da Universidade Municipal de São Caetano do Sul, SP (IMES)

Coordenadora do Memórias do ABC

E-mail: prisperazzo@ig.com.br

Vilma Lemos

Licenciada em Letras (Inglês-Português)

Doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem,

Professora da Universidade da Universidade Municipal de São Caetano do Sul, SP (IMES)

Pesquisadora do Memórias do ABC

E-mail: vlemos@imes.edu.br